



ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE  
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE



**50<sup>o</sup> CONSELHO DIRETOR**  
**62<sup>a</sup> SESSÃO DO COMITÊ REGIONAL**

*Washington, D.C., EUA, 27 de setembro a 1 de outubro de 2010*

---

*Tema 8.8 da agenda provisória*

CD50/INF/8, Rev. 1 (Port.)  
4 de agosto de 2010  
ORIGINAL: INGLÊS

**RELATÓRIOS DE PROGRESSO SOBRE ASSUNTOS  
ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS**

**ÍNDICE**

A	ESTADO DA EXECUÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE DO SETOR PÚBLICO (IPSAS).....	2
B	PLANO MESTRE DE INVESTIMENTO DE CAPITAL .....	14
C.	SITUAÇÃO DO COMITÊ DA AUDITORIA DA OPAS .....	24

## **A ESTADO DA EXECUÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE DO SETOR PÚBLICO (IPSAS)**

### **Introdução**

1. A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) efetuou, em 1º de janeiro de 2010, a transição das Normas Contábeis do Sistema das Nações Unidas (UNSAS) às Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS), de acordo com a Resolução CSP27.R18 da 27ª Conferência Sanitária Pan-Americana, aprovada em 5 de outubro de 2007. Esta transição às IPSAS alinha a Organização com a decisão de julho de 2006 da Assembleia Geral das Nações Unidas, conforme estabelecido na Resolução A/RES/60/283, para que as Nações Unidas implementem as IPSAS no dia 1º de janeiro de 2010.

### **Antecedentes**

2. O 48º Conselho Diretor da OPAS, através da Resolução CD48.R1 (2008) “Uso da receita do Orçamento por Programas recebida em excedente ao orçamento ordinário de trabalho efetivo autorizado 2006-2007”, aprovou a fase inicial da transição às IPSAS. O projeto “Fortalecer a capacidade da Organização para cumprir as IPSAS até 2010” recebeu de imediato uma dotação de US\$300.000.<sup>1</sup> Com esses recursos, a Organização teve condições de:

- (a) contratar um administrador de projeto para a implementação das IPSAS;
- (b) contratar os serviços atuariais profissionais para determinar os passivos de longo prazo relativos a: dias acumulados de férias anuais, auxílio de repatriação e viagem, transporte de móveis e utensílios e seguro saúde pós-serviço;
- (c) assegurar os serviços de um membro do Conselho de IPSAS para prestar assessoria especializada sobre a aplicação das novas normas contábeis, assim como treinamento em toda a Organização sobre as IPSAS; e
- (d) participar como membro no Grupo de Trabalho das Nações Unidas na execução das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público.

---

<sup>1</sup> Exceto se indicado de outra forma, todas as cifras monetárias neste relatório são expressas em dólares dos Estados Unidos.

## **Análise da situação**

### ***Conclusão das atividades de execução das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público antes de 1º de janeiro de 2010***

3. As atividades de execução que foram concluídas antes da transição de 1º de janeiro de 2010 estão identificadas na tabela “Estado da execução das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público em 31 de março de 2010” (Tabela 1). Os avanços significativos da execução incluíram:

- (a) aprovação e financiamento do projeto de execução das IPSAS pelos Órgãos Diretivos da Organização;
- (b) revisão e aprovação posterior dos Regulamentos Financeiros e Normas de Gestão da Organização pelos Órgãos Diretivos;
- (c) treinamento institucional sobre as IPSAS, após o qual 1.200 funcionários da OPAS e pessoal associado foram aprovados no teste geral sobre as IPSAS com uma pontuação de 80% ou melhor;
- (d) estabelecimento das políticas, procedimentos e sistemas de informações para a provisão de ingressos, dispêndios, salários, benefícios de cessação de emprego, seguro de saúde do pessoal, etc;
- (e) determinação do “valor justo” dos terrenos e edificações da Organização por avaliadores imobiliários profissionais;
- (f) determinação por atuários profissionais das obrigações de longo prazo da Organização referentes a benefícios de cessação de emprego e seguro saúde pós-serviço;
- (g) estabelecimento das políticas e procedimentos para a capitalização de ativos fixos com valor excedendo \$5.000, assim como os encargos de depreciação associados;
- (h) identificação das categorias de contribuições “em espécie” fornecidas pelos Estados Membros da OPAS, inclusive os serviços dos funcionários e consultores de ministério da saúde, área de escritórios, serviços de utilidade pública, veículos, e outros serviços fornecidos pelos governos;
- (i) identificação dos estoques da OPAS mantidos para venda ou usados para apoiar a missão da OPAS (a venda de medicamentos farmacêuticos, e o armazenamento de medicamentos e vacinas); e

- (j) modificações feitas aos sistemas financeiros da OPAS para atender os requisitos das IPSAS.

***Atividades de execução das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público em curso desde 1º de janeiro de 2010***

4. Uma grande parte dos requisitos de execução das IPSAS foi concluída antes do prazo de 1º de janeiro de 2010. As seguintes atividades foram concluídas durante 2010:

- (a) finalização do manual de contabilidade sobre conformidade com as IPSAS, inclusive os procedimentos revisados, à medida que são atualizados durante a aplicação inicial das IPSAS às contas financeiras da OPAS no início de 2010;
- (b) análise das relações legais da OPAS com diversos centros, como o Centro de Epidemiologia do Caribe e o Centro do Caribe de Nutrição e de Alimentação. A meta desta análise é determinar se eles satisfazem os requisitos para serem considerados uma entidade controlada pela OPAS e se devem ser consolidados nas demonstrações financeiras da OPAS;
- (c) determinação da estrutura para apresentação das demonstrações financeiras (segmentos e notas explicativas); e
- (d) discussões com o Auditor Externo da Organização com respeito à aplicação detalhada das IPSAS às atividades da OPAS.

***Mudanças nas demonstrações financeiras devidas à execução das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público***

5. Como resultado da execução das IPSAS, as demonstrações financeiras da Organização mudarão significativamente. As mudanças incluirão revisões nos nomes e formatos das demonstrações e nas categorias financeiras e nas cifras apresentadas.

6. Os nomes das demonstrações financeiras da OPAS compatíveis com as IPSAS e sua sequência no relatório financeiro serão os seguintes:

- (a) Demonstração da Posição Financeira (antes conhecido como Balanço Geral);
- (b) Demonstração do Desempenho Financeiro (antes conhecido como o Demonstrativo de Receitas e Despesas e Variação em Saldos dos Fundos);
- (c) Demonstrações de Mutações do Ativo Líquido/Patrimônio Líquido (novo);

- (d) Demonstração do Fluxo de Caixa;
  - (e) Comparação entre Valores Previstos e Reais do Orçamento (antes conhecido como Demonstração de Apropriação Orçamentária Ordinária para o Exercício Financeiro); e
  - (f) Notas, compondo um resumo de políticas contábeis significativas e outras notas explicativas (antes conhecido como Notas Explicativas).
7. Além disso, as mudanças em função das IPAS, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2010, resultarão em aumentos e reduções no ativo, assim como aumentos expressivos acompanhados de algumas reduções nas obrigações, como identificado no documento anexo, “Repercussão das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público na Demonstração da Posição Financeira da OPAS” (Tabela 2).
8. Os aumentos do ativo se devem a:
- (a) Acumulação de \$32,4 milhões em saldos de cotas pendentes em 1º de janeiro de 2010.
  - (b) Reconhecimento dos estoques mantidos para venda ou para realizar a missão da OPAS (produtos farmacêuticos).
  - (c) Reconhecimento dos terrenos e edificações da OPAS pelo seu “valor justo”, incluindo os seguinte aumentos:
    - i. aumento de \$33,1 milhões no custo histórico de \$6,9 milhões do edifício sede da OPAS e do terreno em 1965, quando a estrutura foi construída, para o “valor justo” de \$40 milhões em 1º de janeiro de 2010 (\$10 milhões para o terreno e \$30 milhões para o edifício);
    - ii. aumento de \$11,6 milhões no valor das dependências suplementares do edifício da sede da OPAS, avaliado em \$3,4 milhões em 1985, para o “valor justo” de \$15 milhões em 1º de janeiro de 2010. Esta cifra inclui a parte do edifício que é de propriedade da OPAS como resultado da opção de compra total ao final do contrato de arrendamento de 60 anos, em 2045;

- iii. aumento de \$14,7 milhões no “valor justo” das instalações da OPAS em:
    - Buenos Aires, Argentina
    - Bridgetown, Barbados
    - Brasília, Brasil
    - Cidade de Guatemala, Guatemala
    - Porto Príncipe, Haiti
    - Assunção, Paraguai
    - Lima, Peru
    - Caracas, Venezuela
  - iv. portanto, o saldo inicial em 1º de janeiro de 2010 para a categoria de ativos fixos “Bens Imóveis (terrenos e edificações)” registrará um aumento total de \$59,4 milhões refletindo o “valor justo” dos terrenos e edificações da Organização;
  - v. em consequência do terremoto em Porto Príncipe, Haiti, o edifício da representação da OPAS sofreu danos substanciais. Portanto, o saldo inicial em 1º de janeiro de 2010 refletirá o “valor justo” naquela data. Porém, o saldo final em 31 de dezembro de 2010 refletirá o estado do terreno e do edifício no final de 2010.
- (d) Acumulação de juros ganhos na carteira de investimentos da Organização. Os juros acumulados nesta carteira de investimentos em 31 de dezembro de 2009 totalizavam \$1,5 milhão, incluídos no saldo inicial de 1º de janeiro de 2010.
- (e) Acumulação do valor de mercado da carteira de investimentos. O valor contábil dos investimentos da Organização em 31 de dezembro de 2009 era de \$154,86 milhões. Porém, o seu valor de mercado era de \$156,07 milhões, excluindo o aumento de \$312.600 no valor de mercado das reservas para o Fundo de Benefícios de Cessação de Emprego e de Repatriação. Portanto, o aumento líquido de \$1,21 milhão no valor de mercado da carteira está refletido no saldo inicial de 1º de janeiro de 2010.
9. Podem ocorrer aumentos ou reduções nos investimentos devido ao reconhecimento do valor de mercado ou “valor justo” dos instrumentos de investimentos na carteira da Organização no final de cada exercício financeiro. Esses aumentos e diminuições refletem as mudanças nos mercados financeiros.
10. É esperada uma diminuição nas obrigações devido à execução do “princípio de entrega”, segundo o qual os serviços e produtos devem ser concluídos ou entregues até o

último dia do exercício financeiro para que os dispêndios sejam refletidos nas demonstrações financeiras.

11. Haverá aumento das obrigações devido ao reconhecimento pela primeira vez nas demonstrações financeiras da Organização dos benefícios futuros de cessação de emprego para o pessoal atual e de seguro saúde pós-serviço para os funcionários e aposentados atuais.

- (a) As obrigações para benefícios futuros de cessação de emprego para o pessoal atual em 1º de janeiro de 2010, conforme determinado pelos atuários profissionais, totalizavam \$9,9 milhões. Desde 1972, a Organização provisiona 6% dos salários líquidos para esta obrigação. Até 1º de janeiro de 2010, a Organização tinha um saldo de mercado de \$32,2 milhões disponíveis para cobrir a valoração atuarial de \$9,9 milhões para esta obrigação, que resultou em um saldo líquido de \$22,3 milhões.
- (b) Portanto, o saldo de \$22,3 milhões foi transferido do Fundo de Benefícios de Cessação de Emprego e de Repatriação para ajudar no custeio da valoração atuarial do seguro saúde pós-serviço, que reflete o custo previsto dos dispêndios futuros com seguro saúde dos funcionários e aposentados atuais.
- (c) O seguro saúde pós-serviço, de acordo com o determinado pelos atuários profissionais, resultou em uma obrigação atuarial de \$202,5 milhões. Após creditar a transferência de \$22,3 milhões da provisão para benefícios de cessação de emprego, a obrigação líquida de seguro saúde pós-serviço diminuiu para \$180,2 milhões.
- (d) Além disso, a Organização ajustou de 6% para 2% a provisão dos salários líquidos para benefícios de cessação de emprego visando um melhor alinhamento com os recursos financeiros exigidos para atender esta obrigação. Os 4% restantes irão agora ajudar no atendimento das obrigações de seguro saúde pós-serviço.

12. Em função desses aumentos e diminuições no ativo e no passivo da Organização, o total da obrigação não financiada em 1º de janeiro de 2010 montava \$85,7 milhões. Esta obrigação não financiada originou-se principalmente do reconhecimento pela primeira vez nas contas financeiras da Organização da obrigação de \$202,5 milhões referentes a seguro saúde pós-serviço. Os Estados Membros talvez queiram considerar a possibilidade de financiar as obrigações não financiadas de \$85,7 milhões em 30 a 40 anos.

***Custos recorrentes associados à execução das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público***

13. A execução das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público resultará em diversos custos recorrentes para as seguintes atividades:

- (a) auditorias anuais das demonstrações financeiras da Organização pelo Auditor Externo;
- (b) serviços de atuários profissionais para valorar as obrigações de longo prazo da Organização;
- (c) serviços de avaliadores imobiliários profissionais para valorar os terrenos e edificações de propriedade da Organização; e
- (d) serviços de peritos de investimentos financeiros para valorar a carteira de investimentos da Organização.

***Desafio principal associado à execução das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público***

14. Um dos desafios observados na execução das IPSAS foi as limitações no sistema financeiro e contábil atual da Organização (o Sistema de Informações para Gestão da Contabilidade Financeira, FAMIS) e o Sistema de Informações para Gestão de Escritório projetado pela OPAS (OMIS), usado pelas Representações dos Países para apoiar as normas de contabilidade por regime de competência. Um sistema moderno financeiro poderia prestar apoio sólido à contabilidade por regime de competência e às Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público, resultando em melhores informações financeiras em tempo real em todo a Organização.

15. Como parte da análise geral dos sistemas de informações para a gestão institucional da Organização, o Comitê de Sistema de Informações de Gestão Institucional da OPAS está avaliando as análises dos processos empresariais relacionadas a orçamento, finanças, folha de pagamento, recursos humanos e outras atividades e transações. A intenção é identificar as lacunas entre os processos empresariais atuais e as melhores práticas do setor.



**Ação solicitada do Conselho Diretor**

16. Convida-se o 50º Conselho Diretor a analisar este relatório de progresso relacionado à execução das IPSAS pela OPAS para dar orientação e recomendações a este respeito.

Anexos

**Tabela 1: Estado da execução das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público em 31 de julho de 2010**

Requisitos/atividades	Concluído	Em curso
1. Receber aprovação e financiamento de Órgãos Diretivos para executar as IPSAS em 2010	√	
2. Receber acordo dos Auditores Externos para realizar as auditorias anuais das contas financeiras da OPAS a partir de 2010	√	
3. Implantar a Política de Reconhecimento de Despesas para todos os fundos	√	
4. Ministrar treinamento institucional introdutório em IPSAS	√	
<p>5. Executar a contabilidade dos gastos pelo regime de competência: registrar os compromissos financeiros no ano que a obrigação é assumida—ou seja, na conclusão ou entrega de serviços e produtos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Política de reconhecimento de despesas—contabilizar as atividades, os produtos e serviços no ano correspondente</li> <li>• Salários—contabilizar e pagar mensalmente o salário de cada mês</li> <li>• Benefícios estatutários (ou seja, subsídios de educação e viagem, licença para visitar o país de origem, etc.)—contabilizar mensalmente a porcentagem conforme o ganho e pagar à medida que forem solicitados</li> <li>• Fundo de Aposentadoria Conjunto do Pessoal das Nações Unidas (CCPPNU)—contabilizar mensalmente a porcentagem conforme o ganho e transferir fundos CCPPNU para o pagamento de benefícios de pensão futuros</li> <li>• Seguro de saúde do pessoal—contabilizar mensalmente a porcentagem conforme o ganho e pagar à medida que for solicitado</li> </ul>	<p>√</p> <p>√</p> <p>√</p> <p>√</p> <p>√</p>	
<p>6. Valorar as obrigações de longo prazo</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cálculo interno da OPAS: <ul style="list-style-type: none"> <li>– Provisão dos benefícios de cessação de emprego (ou seja, férias anuais, auxílio de repatriação/viagem e transporte de móveis e utensílios domésticos)</li> </ul> </li> <li>• Valoração atuarial profissional <ul style="list-style-type: none"> <li>– Provisão do seguro saúde pós-serviço (ASHI)</li> <li>– Provisão dos benefícios de cessação de emprego (ou seja, férias anuais, auxílio de repatriação/viagem e transporte de móveis e utensílios domésticos)</li> </ul> </li> </ul>	<p>√</p> <p>√</p> <p>√</p>	

Requisitos/atividades	Concluído	Em curso
7. Capitalizar o “Ativo Fixo” <ul style="list-style-type: none"> <li>• Uma nova categoria de Ativo Fixo (ou seja, Propriedade, Planta e Equipamento) criada nas contas financeiras da OPAS</li> <li>• Para cada “ativo fixo” que exceda \$5.000 será determinada uma vida útil e a depreciação será contabilizada como despesa</li> <li>• Os gerentes devem assegurar o controle e arrolamento do ativo fixo</li> </ul>	√ √ √	
8. Identificar as “contribuições em espécie” na OPAS—ou seja, serviços do pessoal e consultores do Ministério da Saúde, área de escritórios fornecidos pelos ministérios, serviços de utilidade pública, etc.	√	
9. Identificar os estoques da OPAS mantidos para a venda ou usados para apoiar as missões—ou seja, medicamentos, etc.	√	
10. Determinar que entidades serão consolidadas nas demonstrações financeiras da OPAS—ou seja, centros, etc.	√	
11. Obter avaliações atuais dos terrenos e edificações permanentes da OPAS	√	
12. Apresentar as alterações propostas nos Regulamentos Financeiros e Normas de Gestão para os Órgãos Diretivos: 144º Comitê Executivo, 49º Conselho Diretor e 145º Comitê Executivo <ul style="list-style-type: none"> <li>• Provisão de receitas</li> <li>• Capitalização e depreciação do ativo fixo</li> <li>• Reconhecimento de obrigações de longo prazo</li> <li>• Auditorias anuais externas</li> </ul>	√ √ √ √	
13. Estabelecer aplicação das normas de contabilidade IPSAS nas contas da OPAS	√	
14. Desenvolver e executar as modificações no sistema financeiro e de informações para apoiar as IPSAS <ul style="list-style-type: none"> <li>• Provisão de receitas</li> <li>• Provisão de despesas</li> <li>• Capitalização e depreciação do ativo fixo</li> </ul>	√ √ √	
15. Ministrando o treinamento institucional em IPSAS		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Treinamento “especializado” por um membro do Conselho de IPSAS</li> <li>• Aprovação do pessoal da OPAS no teste de IPSAS</li> </ul>	√ √	
16. Finalizar o manual de contabilidade <ul style="list-style-type: none"> <li>• Políticas e procedimentos</li> <li>• Emissão das demonstrações financeiras</li> </ul>	√ √	
17. Determinar os saldos iniciais para todas as contas na Demonstração da Posição Financeira	√	

**Tabela 2: Repercussão das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público na Demonstração da Posição Financeira da OPAS**

<b>Conta</b>	<b>Impacto inicial no Ativo e Passivo</b>	<b>Aumento/&lt;diminuição&gt; em US\$ milhões</b>	<b>Observações</b>
<b>Ativo</b>			
Caixa ou Equivalente de Caixa	—	—	—
Contas a Receber:			
- Cotas	Aumenta o ativo	32,4	Contabilização dos saldos das quotas não pagas até 31 de dezembro de 2009.
- Outras	—	—	—
- Transferências Entre Órgãos: OMS/PAHEF/Centros	—	—	—
Estoques (produtos à venda)	Aumenta o ativo	—	Nova categoria com o reconhecimento dos estoques mantidos à venda (medicamentos, etc.).
<b>Ativos Fixos (propriedade, planta e equipamento)</b>			
- Terrenos e Edificações	Aumenta o ativo	59,4	Terrenos e edificações reconhecidos pelo “valor justo” de 1º de janeiro de 2010 determinado por avaliadores imobiliários profissionais.
- Outros Ativos Fixos	Aumenta o ativo	—	Reconhecimento de novos ativos com valor > \$5.000 em 1º de janeiro de 2010 e execução de despesas de depreciação.
Investimentos	Aumenta/ diminui o ativo	1,5 1,2	Acumulação de juros em investimentos.  Acumulação do valor de mercado da carteira de investimentos, não incluindo a acumulação do valor de mercado das reservas para Fundo de Benefícios de Cessação de Emprego e de Repatriação.

<b>Conta</b>	<b>Impacto inicial no Ativo e Passivo</b>	<b>Aumento/&lt;diminuição&gt; em US\$ milhões</b>	<b>Observações</b>
<b>Obrigações e Fundos</b>			
Contas a Pagar:			
- Receitas Diferidas	—	—	Fundos recebidos antecipadamente do reconhecimento/execução.
- Obrigações a Liquidar	Diminui obrigações	—	Provisão das obrigações para serviços/produtos concluídos/entregues no final do exercício financeiro (ou seja, ano civil para OPAS).
Benefícios de Cessação de Emprego	Aumenta obrigações	<9,9>  9,9	Provisão de despesas futuras com benefícios de cessação de emprego para o pessoal atual, determinada por atuários profissionais.  Financiamento disponível.
Seguro Saúde Pós-emprego (ASHI)	Aumenta obrigações	<202,5>  22,3	Provisão de despesas futuras com seguro saúde para pessoal e aposentados atuais, por atuários profissionais. Financiamento disponível, inclusive a provisão do valor de mercado das Reservas para Fundo de Benefícios de Cessação de Emprego e Repatriação.
Fundo de Capital de Giro	—	—	
Superávit/Obrigações Não Financiadas	Aumenta/ Diminui	<85,7>	Variação líquida devido às IPSAS—ou seja, obrigações não financiadas de \$85,7 milhões.

## **B PLANO MESTRE DE INVESTIMENTO DE CAPITAL**

### **Relatório periódico sobre a implantação do Plano Mestre de Investimento de Capital**

#### **Introdução**

1. Este documento resume as atividades do Plano Mestre de Investimento de Capital e os projetos para 2008-2009 e aqueles propostos para 2010-2011, bem como para 2012-2019, que são financiados pelo Fundo Mestre de Investimento de Capital (FMIC) e pela Conta Mestre da OPAS.

#### **Plano Mestre de Investimento de Capital**

2. O Plano Mestre de Investimento de Capital reflete os esforços crescentes da Organização para manter e aperfeiçoar a infraestrutura de edifícios, equipamentos e tecnologia da informação em suas instalações por toda a Região de uma maneira sistemática. Com a finalidade de melhorar a transparência e mostrar a coordenação entre atividades e projetos do Plano Mestre de Investimento de Capital que são financiados pelo Fundo Mestre de Investimento de Capital (FMIC) e pela Conta Mestre, a Secretaria incluiu referências às atividades do FMIC e da Conta Mestre e aos projetos neste documento e nos anexos A e C.

3. A Conta Mestre foi criada com as verbas excedentes do orçamento do período 2006-2007. O 48º Conselho Diretor autorizou na Resolução CD48.R1 (outubro de 2008) a execução de projetos importantes de infraestrutura nas áreas administrativas e técnicas. Entre outros, projetos no Centro de Conhecimentos/Operações de Emergência e instalação de janelas eficientes energeticamente na Sede em Washington, D.C. As descrições específicas dos projetos financiados pela Conta Mestre constam no Documento CE146/27. Os detalhes do Fundo Mestre de Investimento de Capital estão descritos em linhas gerais a seguir.

#### **Fundo Mestre de Investimento de Capital – Financiamentos para o biênio 2010-2011**

4. Em janeiro de 2008, o Fundo Mestre de Investimento de Capital recebeu inicialmente uma verba de US\$ 2 milhões<sup>2</sup> para o Subfundo para Bens Imóveis e Equipamentos e \$6 milhões para o Subfundo para Tecnologia da Informação. Até 1 de janeiro de 2010, os saldos não comprometidos remanescentes do biênio 2008-2009 eram de \$1,2 milhão no Subfundo para Bens Imóveis e Equipamentos e \$2,0 milhões no

---

<sup>2</sup> Exceto se indicado de outra forma, todas as cifras monetárias neste relatório são expressas em dólares dos Estados Unidos.

Subfundo para Tecnologia da Informação. A finalidade do Subfundo para Bens Imóveis e Equipamentos do FMIC é de financiar os reparos de grande porte, melhorias e renovações em diversos escritórios da OPAS em toda a Região. O Subfundo para Tecnologia da Informação financia a aquisição de equipamentos de informática, equipamentos de telecomunicação e licenças de software na Sede e nas Representações dos Países. O FMIC depende essencialmente das injeções regulares de novos recursos no início de cada biênio.

5. De acordo com a Resolução CSP27.R19 (outubro de 2007), o Diretor deverá notificar o Comitê Executivo sobre a transferência do saldo de \$2 milhões existentes no Orçamento Regular para Programas do biênio 2008-2009 para o Fundo Mestre de Investimento de Capital para o biênio 2010-2011. A mesma resolução requer que o Diretor solicite aprovação do Comitê para a transferência de um adicional de \$2 milhões dos saldos nos fundos do Orçamento Regular para Programas do biênio 2008-2009 para o Fundo Mestre de Investimento de Capital. Os recursos serão divididos entre os dois subfundos.

### **Subfundo para Bens imóveis e Equipamentos**

#### *Projetos na Sede*

6. Os três projetos de bens imóveis e equipamentos, que foram concluídos na Sede da OPAS em 2008-2009, estão relacionados por categorias principais no Anexo A. Os projetos concluídos incluem as seguintes atividades:

- instalação de uma bomba de reforço residencial para assegurar o fluxo adequado de água aos resfriadores do equipamento de ar condicionado do edifício;
- instalação do equipamento de interpretação simultânea adquirido anteriormente para as salas de conferências B e C;
- conclusão do estudo de espaço disponível para alocação de funcionários de acordo com a nova estrutura da Organização, conforme estabelecida pelo Diretor.

7. Havendo fundos suficientes para o Plano Mestre de Investimento de Capital em 2010-2011, será retomado o projeto do elevador, prorrogado do biênio 2008-2009, desde que concluídos os reparos do telhado (financiado pela Conta Mestre) e de avanço considerável no projeto de substituição das janelas (também financiado pela Conta Mestre). Além disso, dois estudos de engenharia aprovados em 2008-2009—o primeiro na área de conferência e o segundo para examinar as condições do edifício—devem continuar em 2010-2011. Os três projetos do FMIC para a Sede que estão atualmente programados para execução em 2010-2011 também estão no anexo C.

*Projetos nas Representações da OPAS/OMS nos Países*

8. Em 2008-2009, o Diretor aprovou inicialmente 26 projetos nas Representações dos Países orçados em \$1,1 milhão. Cinco desses projetos não iniciaram neste biênio e foram transferidos para o período de 2010-2011. A relação completa dos projetos do FMIC concluídos nos 12 países em 2008-2009 consta no Anexo B.

9. A lista dos projetos transferidos de 2008-2009 para 2010-2011 inclui:

- estudos arquitetônicos e de engenharia para a construção, às custas do Estado Membro, de uma nova Representação da OPAS/OMS (PWR) em Santiago, Chile;
- custos de renovação para realocar a Representação da OPAS/OMS no Uruguai para um edifício do Ministério da Saúde;
- substituição da unidade de ar-condicionado na Representação da OPAS/OMS no Panamá.

10. Trinta e um projetos do FMIC planejados para 2010-2011 serão distribuídos entre os escritórios de Representação dos Países e a Sede em Washington, D.C. Eles estão descritos no Anexo C por categorias principais. Com base na experiência de 2008-2009, pode haver atraso ou cancelamento de alguns projetos após reconsideração das prioridades e circunstâncias locais durante o biênio 2010-2011.

11. Vários dos novos projetos para 2010-2011 estão agora em avaliação pelo Comitê de Projetos de Investimento em Infraestruturas da OPAS, criado pela Diretora em setembro de 2009 para analisar os projetos do Plano Mestre de Investimento de Capital nos dois subfundos e para emitir recomendações sobre suas viabilidades e prioridades considerando a limitação dos fundos disponíveis.



***Subfundo para Tecnologia da Informação***

12. No biênio 2008-2009 foi gasto um total de \$4,3 milhões em diversos projetos de tecnologia da informação financiados pelo Plano Mestre de Investimento de Capital (anexo A) incluindo:

- compra de computadores de mesa, laptops e equipamentos periféricos (impressoras e outros equipamentos);
- compra e instalação de servidores e infraestrutura de hospedagem de sites;
- atualização e renovação de licenças de software existente e compra de novos softwares;
- segurança das informações.

13. Os projetos previstos para o biênio de 2010-2011 (anexo C) são:

- licenças de software;
- infraestrutura de rede;
- licenças e substituição de sistemas de telefonia, principalmente no âmbito de país;
- equipamentos e software para segurança das informações;
- servidores e infraestrutura de hospedagem de sites na Sede e nas Representações dos Países;
- substituição de computadores de mesa, notebooks e equipamentos periféricos, inclusive impressoras e escâneres.

**Passos futuros**

14. Dada a limitação dos recursos financeiros e a incerteza sobre a futura disponibilidade de financiamento, a Organização empenha-se na monitoração constante e reavaliação dos projetos essenciais e seus custos estimados.

**Ação solicitada do Conselho Diretor**

15. Convida-se o Conselho Diretor a se inteirar deste relatório.

Anexo

**Plano Mestre de Investimento de Capital de 2008-2009  
(em US\$)**

<b>Local</b>	<b>Descrição dos projetos</b>	<b>Situação no biênio 2008-2009</b>	<b>Financiament o disponível no biênio 2008-2009</b>	<b>Gastos totais 2008-2009</b>	<b>Fonte de financiamento</b>	<b>Categoria</b>
Regional	Desktops e laptops	Concluído	740.910	739.861	FMIC	Tecnologia da informação
Regional	Equipamentos periféricos, inclusive impressoras e outros equipamentos	Concluído	603.032	573.106	FMIC	Tecnologia da informação
Regional	Servidores e infraestrutura de hospedagem de sites	Concluído	700.787	700.787	FMIC	Tecnologia da informação
Regional	Segurança das informações	Concluído	155.514	155.514	FMIC	Tecnologia da informação
Regional	Telefonia	Concluído	567.710	523.828	FMIC	Tecnologia da informação
Regional	Infraestrutura de rede	Concluído	360.131	351.378	FMIC	Tecnologia da informação
Regional	Atualização e renovação de licenças de software existentes e compra de novos softwares	Concluído	1.297.203	1.297.203	FMIC	Tecnologia da informação
Regional	Modernização do modelo para prestação de serviços de TI e gestão do conhecimento (Perfil 3B da Conta Mestre)	Em curso	500.000	0	Conta Mestre	Tecnologia da informação

**FIMC (Subfundo para Bens Imóveis e Equipamentos)  
Projetos concluídos por categorias - 2008-2009**

<b>Local</b>	<b>Projeto</b>	<b>Custo final</b>
Barbados	Diversas atualizações em edificações / segurança	36.300
Belize	Custos associados à relocação para novo local	35.000
Bolívia	Troca de carpete	15.000
Bolívia	Reparos no centro de documentos	12.000
Costa Rica	Instalação de cabos de computadores e outra remodelação para espaço de novo escritório	15.000
Cuba	Recuperação principal do espaço do escritório	20.000
Guiana	Recuperação da sala de conferência	30.000
Haiti	Compra de terreno para estacionamento (não concluída devido ao terremoto)	300.000
Nicarágua	Remodelação geral (troca do forro, paredes de vinil, janelas anticiclone)	100.000
Nicarágua	Remodelação geral (fase 2 aprovada em maio de 2009)	100.000
Nicarágua	Instalação conjunta do sistema de cartão de identificação e alarma contra incêndio	31.200
Panamá	Remodelação geral mais dinheiro para a porta de aço	21.000
República Dominicana	Sistema de TV de circuito fechado	15.551
República Dominicana	Instalação de sistema de detecção de incêndio	12.024
República Dominicana	Cerca de segurança ao redor do edifício do PWR	10.395
República Dominicana	Remodelação do espaço do escritório	18.038
República Dominicana	Remodelação dos escritórios da área técnica	15.350
Suriname	50% do custo de renovação para Corner House	130.000
Venezuela	Consertos no telhado (julho)	17.587
Venezuela	Projeto do ar-condicionado (reforma da parte elétrica)	3.521
Venezuela	Consertos no telhado (maio)	14.712
Venezuela	Troca do ar-condicionado	22.500
Sede/Washington, D.C.	Instalação do equipamento de interpretação nas Salas B e C	68.710
Sede/Washington, D.C.	Instalação da bomba hidráulica de reforço	36.751
Sede/Washington, D.C.	Estudo do espaço dos escritórios em D.C.	112.800

**Plano Mestre de Investimento de Capital de 2010-2011  
(em US\$)**

<b>Local</b>	<b>Descrição dos projetos</b>	<b>Situação atual (em 30 de junho de 2010)</b>	<b>Financiament o disponível em 30 de junho de 2010</b>	<b>Fundos adicionais solicitados para 2010-2011</b>	<b>Gastos totais projetados 2010-2011</b>	<b>Fonte de financiamento</b>	<b>Categoria</b>
Regional	Desktops e laptops	Em curso	248.500	151.500	400.000	FMIC	Tecnologia da informação
Regional	Equipamentos periféricos, inclusive impressoras e outros equipamentos	Em curso	227.500	72.500	300.000	FMIC	Tecnologia da informação
Regional	Servidores e infraestrutura de hospedagem de sites	Em curso	343.000	257.000	600.000	FMIC	Tecnologia da informação
Regional	Segurança das informações	Em curso	196.020	203.980	400.000	FMIC	Tecnologia da informação
Regional	Telefonia	Em curso	105.000	180.000	285.000	FMIC	Tecnologia da informação
Regional	Infraestrutura de rede	Em curso	0	110.000	110.000	FMIC	Tecnologia da informação
Regional	Atualização e renovação de licenças de software existentes e compra de novos softwares	Em curso	620.480	879.520	1.500.000	FMIC	Tecnologia da informação
Regional	Modernização do modelo para prestação de serviços de TI e gestão do conhecimento (perfil 3B da Conta Mestre)--1a fonte de financiamento	Em curso	500.000	1.000.000	1.500.000	Conta Mestre	Tecnologia da informação
	Modernização do modelo para prestação de serviços de TI e gestão do conhecimento (perfil 3B da Conta Mestre)—2a fonte de financiamento	Etapa de planejamento	0	730.000	730.000	FMIC	Tecnologia da informação
Regional	Fortalecimento das comunicações através da melhoria na conectividade das representações nos países (perfil 2C da Conta Mestre)—1a fonte de financiamento	Em curso	250.000	1.750.000	2.000.000	Conta Mestre	Tecnologia da informação
	Fortalecimento das comunicações através da melhoria na conectividade das representações nos países (perfil 2C da Conta Mestre)--2a fonte de financiamento	Em curso	0	100.000	100.000	Outras fontes	Tecnologia da informação
	<b>Subtotal - Infraestrutura de tecnologia da informação</b>		<b>2.490.500</b>	<b>5.434.500</b>	<b>7.925.000</b>		

**Plano Mestre de Investimento de Capital de 2010-2011 (cont.)**

<b>Local</b>	<b>Descrição dos projetos</b>	<b>Situação atual (desde 30 de abril de 2010)</b>	<b>Financiamento disponível em 30 de abril de 2010</b>	<b>Fundos adicionais solicitados para 2010-2011<sup>1</sup></b>	<b>Gastos totais projetados 2010-2011</b>	<b>Fonte de financiamento</b>	<b>Categoria</b>
Sede/ Washington, D.C.	Centro de Operações de Emergência e Centro de Conhecimentos (perfil 1A da Conta Mestre)--1a fonte de financiamento	Em curso	1.500.000	1.400.000	2.900.000	Conta Mestre	Bens imóveis e equipamentos
Sede/ Washington, D.C.	Centro de Operações de Emergência e Centro de Conhecimentos (perfil 1A da Conta Mestre)--2a fonte de financiamento	Em curso	0	500.000	500.000	Outras fontes	Bens imóveis e equipamentos
Representações dos Países	Melhorias em instalações: atualizações das normas mínimas de segurança operacional e medidas de segurança (perfil 4A da Conta Mestre)	Em curso	113.162	0	113.162	Conta Mestre	Bens imóveis e equipamentos
Sede/ Washington, D.C.	Melhorias em instalações: medidas para economia de energia (perfil 4B da Conta Mestre)	Em curso	620.000	1.100.000	1.720.000	Conta Mestre	Bens imóveis e equipamentos
Sede/ Washington, D.C.	Melhorias em instalações: reparos do sistema de drenagem do Plaza (perfil 4C da Conta Mestre)	Etapa de planejamento	375.000	0	375.000	Conta Mestre	Bens imóveis e equipamento
Sede/ Washington, D.C.	Melhorias em instalações: medidas de segurança e sanitárias (perfil 4D da Conta Mestre)	Etapa de planejamento	330.000	0	330.000	Conta Mestre	Bens imóveis e equipamento
Sede/ Washington, D.C.	Melhorias em instalações: reparos do teto da torre do Escritório da Sede (perfil 4E da Conta Mestre)	Em curso	250.000	97.000	347.000	Conta Mestre	Bens imóveis e equipamentos

**Plano Mestre de Investimento de Capital de 2010-2011 (cont.)**

<b>Local</b>	<b>Descrição dos projetos</b>	<b>Situação atual (desde 30 de junho de 2010)</b>	<b>Financiamento disponível em 30 de junho de 2010</b>	<b>Fundos adicionais solicitados para 2010-2011</b>	<b>Gastos totais projetados 2010-2011</b>	<b>Fonte de financiamento</b>	<b>Categoria</b>
Sede/ Washington, D.C.	Melhorias em instalações: renovação de edifícios da Sede (perfil 4F da Conta Mestre)--1a fonte de financiamento	Etapa de planejamento	975.000	0	600.000	Conta Mestre	Bens imóveis e equipamentos
Sede/ Washington, D.C.	Melhorias em instalações: renovação de edifícios da Sede (perfil 4F da Conta Mestre)--2a fonte de financiamento	Etapa de planejamento	0	100.000	100.000	Outras fontes	Bens imóveis e equipamentos
Representações nos países	Pedidos diversos para reparos, manutenção e relocações (a ser avaliado)	Etapa de planejamento	500.000		500.000	FMIC	Bens imóveis e equipamentos
Sede/ Washington, D.C.	Estudo de arquitetura e engenharia para a área de conferência no segundo andar (aprovado pela Diretora em julho de 2008)	Em curso	50.000		50.000	FMIC	Bens imóveis e equipamentos
Sede/ Washington, D.C.	Estudo do custo benefício dos reparos principais no edifício da Sede (aprovado em 2008-2009)	Em curso	30.000		30.000	FMIC	Bens imóveis e equipamentos
Sede/ Washington, D.C.	Recuperação de elevadores do edifício da Sede (aprovado pela Diretora em março de 2008)	Em curso	700.000		700.000	FMIC	Bens imóveis e equipamentos
	<b>Subtotal – Bens Imóveis e Equipamentos</b>		<b>5.443.162</b>	<b>3.197.000</b>	<b>8.265.162</b>		
	<b>Total</b>		<b>7.933.662</b>	<b>8.631.500</b>	<b>16.192.162</b>		

**Melhorias de segurança, Projeto 4A da Conta Mestre:  
Melhorias em instalações: atualizações das normas mínimas de segurança  
operacional e medidas de segurança**

**Fundos fornecidos de janeiro de 2008 a junho de 2010**

<b>Local</b>	<b>Itens adquiridos</b>	<b>Total de gastos em US\$</b>
Bahamas	Rádios	7.380,00
Belize	Rádios, telefones por satélite e outros equipamentos de comunicação	7.800,00
Chile	Rádios e sistemas de alarme	17.747,68
Colômbia	Rádios e telefones por satélite	9.521,44
Costa Rica	Rádios	9.211,50
Guatemala	Películas para janelas de automóveis, rádios e outros equipamentos de comunicação	25.944,87
Honduras	Instalação de porta frontal de aço e sinais para saída de emergência	4.500,00
Jamaica	Rádios	9.920,00
Nicarágua	Películas para janelas do escritório	29.300,00
Panamá	Rádios	1.370,00
Peru	Sistema de alarma e detector de metal	3.027,45
República Dominicana	Rádios	11.839,94
Trinidad e Tabago	Película para janelas do escritório	24.904,00
Uruguai	Telefone por satélite	2.030,00
Venezuela	Circuito fechado de TV (CCTV) e cerca perimetral de arame	22.340,76
<b>Total</b>		<b>186.837,64</b>

<b>Total de fundos aprovados</b>	<b>\$300.000,00</b>
<b>Saldo a ser alocado</b>	<b>\$113.162,36</b>

## **C. SITUAÇÃO DO COMITÊ DA AUDITORIA DA OPAS**

1. O 49º Conselho Diretor, realizado de 28 de setembro a 2 de outubro de 2009, CRIOU um Comitê de Auditoria na Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS).
2. O Comitê de Auditoria deve atuar em conformidade com os termos de referência aprovados na Resolução CD49.R2 (Anexo A). De acordo com os termos de referência, o Comitê está a serviço do Diretor da Repartição Sanitária Pan-Americana (RSPA) e dos Estados Membros da OPAS proporcionando assessoria independente especializada. Através do Comitê Executivo, o Comitê de Auditoria dá assessoria sobre o funcionamento dos controles financeiros da Organização, estruturas de prestação de contas, processos de gestão de risco e outros controles relacionados com auditoria. O Comitê deve ser formado por três membros nomeados pelo Comitê Executivo.
3. Os membros do Comitê da Auditoria devem refletir o mais elevado nível de integridade e precisam ser completamente independentes da OPAS. De acordo com os critérios para integrar o comitê, estabelecidos nos termos de referência, os candidatos têm de ter experiência recente e relevante de nível superior na área financeira, de auditoria, e/ou área outra relacionada de supervisão.
4. De acordo com os termos de referência, o processo para identificar os candidatos para integrar o Comitê da Auditoria requer que o Diretor da RSPA elabore uma lista dos candidatos qualificados a ser apresentada ao Subcomitê para Programas, Orçamento e Administração (SPBA) antes da Sessão do Comitê Executivo onde será realizada a seleção.
5. Para identificar em tempo hábil um amplo banco dos candidatos altamente qualificados para consideração pela Quarta Sessão do SPBA que foi realizada em 17-19 de março de 2010, a Diretora da RSPA contratou os serviços de uma firma de busca de executivos. Em colaboração estreita com a firma, o Secretariado da OPAS criou uma estratégia detalhada de divulgação, que incluiu a elaboração de uma lista de agenciamento de 76 pessoas. Estes profissionais foram contatados para obter nomes de candidatos em potencial. Uma lista direcionada das Organizações das Nações Unidas, organizações internacionais, instituições financeiras multilaterais, associações profissionais e pessoas jurídicas do setor privado também foi elaborada. Foram colocados anúncios nas principais publicações impressas e on-line em todo o mundo. Foi estabelecido um cronograma para cumprir os prazos estabelecidos para o processo de recrutamento. A data de encerramento para a apresentação das solicitações de vaga foi 25 de janeiro de 2010. A firma de busca recebeu 118 solicitações e, após triagem, foram identificados 32 candidatos qualificados. A Diretora selecionou seis candidatos deste



banco a serem apresentados ao SPBA para a consideração. Os *curricula vitae* detalhados dos seis candidatos foram enviados aos membros do Subcomitê.

6. A Quarta Sessão do SPBA nomeou um Grupo de Trabalho formado pelos representantes de Barbados, Bolívia e Guatemala para examinar as qualificações e resumos das entrevistas pessoais com os candidatos e criar uma lista classificatória. O Subcomitê enfatizou que, no interesse da equidade de gênero, pelo menos um dos três primeiros candidatos da lista deveria ser do sexo feminino.

7. Com base na avaliação do Grupo de Trabalho, o SPBA recomendou que os três primeiros candidatos na lista fossem nomeados, mas incluiu um quarto candidato para dar mais uma opção ao Comitê Executivo. Em ordem da preferência, os candidatos foram os seguintes: a) sr. Alain Gillette, b) sr. Peter Maertens, c) sra. Carman LaPointe e d) sra. Amalia Lo Faso.

8. De acordo com termos de referência do Comitê de Auditoria, solicitou-se à 146ª Sessão do Comitê Executivo, realizada em 21–25 de junho de 2010, para que escolhesse três dos quatro candidatos recomendados pelo SPBA.

9. Após discussões extensas, o Comitê Executivo concordou em seguir a recomendação do SPBA e escolher os três primeiros candidatos propostos. Foi posteriormente determinado, por sorteio, que o sr. Alain Gillette faria parte do Comitê de Auditoria por quatro anos, que a Sra. Carman LaPointe integraria o comitê por três anos e que o sr. Peter Maertens faria parte por dois anos. Para esta finalidade, o Comitê Executivo aprovou a Resolução CE146.R5, confirmando as escolhas citadas acima.

10. Os selecionados para integrar o primeiro Comitê da Auditoria da OPAS foram notificados da sua nomeação pela Diretora da RSPA em julho de 2010. Os três aceitaram estas nomeações. No dia 23 de agosto de 2010, porém, a sra. Carman LaPointe informou à Diretora que ela não poderia servir seu mandato de três anos pois havia sido recentemente indicada ao posto de Subsecretária-geral do Escritório das Nações Unidas de Serviços de Supervisão Interna em Nova York.

11. Em vista da vaga aberta, a Diretora da RSPA entrou em contato com a sra. Amalia Lo Faso, a quarta finalista considerada pela 146ª Sessão do Comitê Executivo. A sra. Lo Faso confirmou que continuava interessada e disponível para integrar o Comitê de Auditoria da OPAS e concordou que seu nome fosse apresentado na próxima sessão do Comitê Executivo que será realizada no dia 1º de outubro de 2010 para consideração como membro do Comitê de Auditoria para um mandato de três anos.

12. Se o 147º Comitê Executivo puder preencher esta vaga, está previsto que a sessão inaugural do Comitê de Auditoria será realizada em outubro ou novembro de 2010 em

Washington, D.C. Isto possibilitaria ao Comitê de Auditoria começar seu importante trabalho em tempo hábil para o ciclo de auditoria que se inicia em janeiro de 2011.

**Ação solicitada do Conselho Diretor**

13. Convida-se o Conselho Diretor a tomar nota deste relatório.

Anexo

## **RESOLUÇÃO**

### **CD49.R2**

#### **ESTABELECIMENTO DO COMITÊ DE AUDITORIA DA OPAS**

##### **O 49º CONSELHO DIRETOR,**

Tendo examinado o documento *Proposta de Estabelecimento de um Comitê de Auditoria* (Documento CD49/26);

Reconhecendo os esforços contínuos da Organização no sentido de estabelecer uma estrutura de governança que reflita boas práticas internacionais;

Observando a proposta para estabelecer um órgão assessor especialista independente para assessorar o Diretor e os Estados Membros da OPAS no funcionamento de controles financeiros e estruturas de comunicação, o processo de gestão de risco e outros controles relacionados com auditoria da Organização,

#### **RESOLVE:**

1. Estabelecer o Comitê de Auditoria para a Organização Pan-Americana da Saúde.
2. Aprovar os Termos de Referência para o Comitê de Auditoria da OPAS (veja anexo).

Anexo

*(Segunda reunião, 28 de setembro de 2009)*

#### **TERMOS DE REFERÊNCIA PARA O COMITÊ DE AUDITORIA DA OPAS**

##### **Princípios orientadores**

1. Um Comitê de Auditoria será estabelecido pelo Conselho Diretor da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) para exercer uma função consultiva independente, fornecendo ao Diretor da Repartição Sanitária Pan-Americana (“o Diretor”) e aos Estados Membros da OPAS, através do Comitê Executivo, assessoramento sobre a operação de controles financeiros e estruturas de comunicação da Organização, processos

de gestão de riscos, e outros controles de auditoria- relacionados. O Comitê desempenhará esta função através de análises independentes do trabalho realizado pelo sistema da OPAS de controles internos e externos, inclusive o Escritório de Serviços de Supervisão e Avaliação Interna da OPAS (IES), o Auditor Externo e a administração e gerência da Organização. O trabalho do Comitê de Auditoria será conduzido de acordo com as normas e boas práticas internacionalmente aceitas e em cumprimento das políticas, regulamentações e regras da OPAS. O Comitê de Auditoria não substitui a função do Comitê Executivo da OPAS ou do seu Subcomitê de Programas, Orçamento e Administração (SPBA).

### **Função do comitê**

2. O Comitê de Auditoria da OPAS deverá:
  - (a) examinar e monitorar a adequação, eficiência e a eficácia de avaliação de riscos e processos de administração da Organização, o sistema de controles internos e externos (incluindo supervisão interna e função de Auditores Externos da OPAS) e a implementação oportuna e efetiva das recomendações de auditorias pela gerência;
  - (b) prestar assessoramento nas questões relacionadas ao sistema de controles internos e externos, suas estratégias, planos de trabalho e desempenho;
  - (c) informar sobre qualquer matéria de política e procedimento da OPAS que exija ação corretiva e sobre melhorias recomendadas na área de controles, inclusive gestão de avaliações, auditorias e riscos;
  - (d) comentar sobre os planos de trabalho e o orçamento proposto das funções internas e externas de auditoria;
  - (e) prestar assessoramento nas implicações operacionais das questões e tendências evidentes nas declarações financeiras da Organização e questões significativas de política de comunicação financeira;
  - (f) prestar assessoramento na adequação e eficácia das políticas de contabilidade e práticas de divulgação e avaliar alterações e riscos nestas políticas; e
  - (g) assessorar o Diretor no processo de seleção do Auditor Geral da OPAS, e assessorar o Comitê Executivo na seleção do Auditor Externo.

### **Composição do Comitê**

3. O Comitê de Auditoria será integrado por três membros que refletirão os níveis mais elevados da integridade e serão completamente independentes da OPAS. O Comitê de Auditoria será nomeado pelo Comitê Executivo da OPAS. Os membros desempenharão o cargo a título pessoal. Cada Membro participará como Presidente do Comitê por um ano em sistema de rodízio.

### **Crítérios para afiliação**

4. Todos os membros do Comitê devem ter experiência recente e relevante, de nível sênior, nas áreas financeira, de auditorias e/ou outra experiência de supervisão de nível sênior. Tal experiência deve refletir, na medida do possível:

- (a) a experiência no preparo, revisão, análise ou avaliação de declarações financeiras que apresentam uma amplitude e nível de complexidade de questões contábeis que são geralmente comparáveis à amplitude e complexidade das questões enfrentadas pela OPAS, inclusive uma compreensão de princípios contábeis aceitos relevantes;
- (b) uma compreensão e, se possível, experiência relevante na inspeção, monitoração e processos de avaliação;
- (c) uma compreensão do controle interno, gestão de risco, investigação e procedimentos de prestação de contas financeiras; e
- (d) uma compreensão geral da organização, estrutura e funcionamento das organizações internacionais do sistema das Nações Unidas.

### **Termos de nomeação**

5. Os Membros do Comitê de Auditoria serão designados a servir não mais de dois mandatos completos de três anos cada. O ciclo de eleição será fixado com o estabelecimento do Comitê. Os membros podem ser reeleitos para um segundo e último mandato de três anos, com a exceção dos três primeiros Membros do Comitê, que serão nomeado por sorteio para servir um mandato inicial dois, três ou quatro anos. Ex-membros do Comitê de Auditoria podem ser designados novamente ao Comitê sujeitos a não servir mais de dois termos completos.

### **Convocatórias de propostas**

6. O Diretor recomendará uma lista dos candidatos qualificados. A lista será notificada ao SPBA antes da sessão do Comitê Executivo e deve incluir um CV detalhado de cada um dos candidatos.

7. A lista dos candidatos será submetida a avaliação, que pode incluir solicitações de mais informações e a modificação posterior. Os candidatos de classificação mais elevada, de acordo com os Critérios para a Afiliação, serão propostos pelo SPBA ao Comitê Executivo para a tomada da decisão.

### **Responsabilidade dos membros**

8. Ao desempenhar as suas funções, os Membros do Comitê de Auditoria nem buscarão nem receberão instruções de qualquer autoridade do governo nacional. Eles atuarão em função de assessoria não executiva, e serão plenamente independente de qualquer governo ou órgão, estrutura ou entidade da OPAS. Os membros serão guiados exclusivamente pela sua perícia e juízo profissional, levando em consideração as decisões coletivas de Órgãos Diretores da OPAS.

9. Aos membros do Comitê de Auditoria se exigirá que assinem um termo de confidencialidade no começo de seu mandato, assim como um formulário de Declaração de Interesse da OPAS. Quando houver um conflito de interesses real ou em potencial, o Membro declarará tal interesse ao Comitê e será isentado da discussão do Comitê sobre a questão correspondente.

### **Reuniões e Regulamento Interno**

10. O Comitê de Auditoria da OPAS normalmente se reunirá em sessões regulares duas vezes ao ano. Reuniões adicionais podem ser programadas em caráter *ad hoc* conforme a necessidade. O Presidente do Comitê determinará o cronograma das reuniões e a necessidade de qualquer reunião adicional no decurso do ano. Ele/Ela também fixará a agenda das reuniões, levando em consideração as solicitações relevantes do Diretor e/ou do Comitê Executivo da OPAS. As reuniões serão convocadas pela Secretaria do Comitê em nome do Presidente. Os membros do Comitê de Auditoria normalmente receberão aviso pelo menos quatro semanas antes das reuniões.

11. O Diretor, o Auditor Externo, o Auditor Geral da OPAS, o Diretor de Administração da OPAS e o Administrador de Recursos Financeiros da OPAS comparecerão às reuniões do Comitê de Auditoria a convite do Presidente do Comitê.

12. O Comitê de Auditoria pode decidir se reunir em sessão a portas fechadas esporadicamente conforme determinação do Comitê.
13. O Comitê de Auditoria se esforçará em trabalhar com base no consenso.
14. Os membros desempenham o cargo a título pessoal e não podem ser representados por um suplente.
15. A função de apoio administrativo e de secretariado do Comitê de Auditoria, inclusive a preparação e manutenção das atas das reuniões, será realizada pelo pessoal independente contratado de acordo com as necessidades para esta finalidade, e responderá diretamente ao Presidente sobre assuntos relativos ao trabalho do Comitê de Auditoria.

### **Divulgação**

16. O secretariado do Comitê de Auditoria, os observadores e qualquer terceiro convidado pelo Comitê para assistir às suas sessões não divulgarão nenhum documento ou informação sem autorização prévia do Comitê.
17. Qualquer notificação de Membros do Comitê de Auditoria sobre o trabalho do Comitê assegurará a segurança dos materiais confidenciais e manterá outros Membros adequadamente informados.

### **Acesso**

18. O Comitê de Auditoria terá acesso a todos os registros e documentos da Organização, inclusive, mas não limitado a, relatórios da auditoria e documentos de trabalho do IES e relatórios expedidos pelos Auditores Externos.
19. O Comitê de Auditoria poderá apelar a qualquer funcionário da OPAS ou empregado, inclusive a gerência superior da Organização, e solicitar reuniões com qualquer parte, conforme julgar necessário para obter informação relevante a seu trabalho.
20. Os auditores Externos e Auditor Geral da OPAS também terão acesso sem restrição e confidencial ao Presidente do Comitê.
21. O Comitê de Auditoria pode obter assessoramento legal ou outro assessoramento independente profissional caso seja considerado necessário.

### **Informação**

22. O Presidente do Comitê de Auditoria interagirá regularmente com o Diretor e prestará contas quanto aos resultados de deliberações, assim como qualquer questão do Comitê relevante ao seu trabalho.

23. O Comitê de Auditoria preparará um relatório anual do seu trabalho para o Comitê Executivo da OPAS. O Comitê de Auditoria também pode preparar relatórios ad hoc de acordo com solicitações do Comitê Executivo. O Diretor receberá a oportunidade para fazer comentários sobre todos os relatórios antes de seu encaminhamento ao Comitê Executivo.

### **Recursos**

24. Recursos deverão ser fornecidos ao Comitê de Auditoria conforme a necessidade para empreender suas responsabilidades. Os fundos estarão incluídos no orçamento bienal da Organização para cobrir o apoio administrativo, custos de viagem e acomodação com relação às responsabilidades dos Membros do Comitê. Tal viagem será conduzida de acordo com as regulamentações e regras da OPAS. Os Membros servirão sem remuneração da OPAS.

### **Análise dos termos de referência**

25. O Comitê Executivo examinará periodicamente a produção do Comitê de Auditoria, avaliará sua eficácia e fará recomendações apropriadas, em consulta com o Diretor, com respeito a sua composição e Termos de Referência. Os Termos de Referência do Comitê de Auditoria podem ser modificados pelo Conselho Diretor conforme a necessidade.